

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias



Vol. 38 / 2019
II Série



CHAM
CENTRO DE
HUMANIDADES
NOVA FCSH-UAç

Centro de Humanidades



PIACERE

Jovem alado, de cabelos dourados e ondulados, onde se verão muitas flores e uma grinalda de mirto florida, circundada por pérolas. As asas serão de cores diferentes e na mão ele terá uma harpa e nas pernas usará botas douradas.

Os cabelos perfumados e encaracolados com arte são sinal de delicadeza e lascívia. Há muitos exemplos nas obras dos poetas onde, para mostrar que se têm banidos os prazeres, se diz que não se penteiem os cabelos, mas que estes sejam deixados negligentes e sem arte. As pedras preciosas e as flores servem e incitam ao prazer. A coroa de mirto mostra o mesmo por ser dedicada a Vénus e diz-se que quando se expôs ao julgamento de Páris, estava coroada com esta planta.

As asas mostram que o prazer é breve e foge e contudo pelos antigos procurado, *voluptas*. A harpa, pela doçura do som, diz-se que tem conformidade com Vénus e com as Graças que, como este, também aquela delícia os ânimos e diverte os espíritos. As botas douradas condizem com o prazer para mostrar que se tem o ouro em pouca conta se não serve para satisfazer os desejos.

Uma sereia mostra que, como engana os marinheiros com o canto, assim o prazer, com aparente doçura, arruína aqueles que o seguem.

Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618.

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Cultura – Revista de História e Teoria das Ideias

(II Série) vol. 38 – 2019

Publicação anual do CHAM – Centro de Humanidades – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores (NOVA FCSH-UAc)

Indexada e referenciada em: CARHUS + 2018 | CIRC | ClassifICS | ERIH Plus | Index Islamicus | Latindex (catálogo v1.0) | MIAR | Qualis/Capes | SHERPA/RoMEO

Publicação interdisciplinar fazendo convergir as perspectivas da história, da filosofia, do pensamento político e dos estudos literários. Trata ideias e práticas políticas, religiosas, científicas, económicas, sociais, estéticas e filosóficas, nas suas formas de expressão e difusão, com destaque para a ligação entre o espaço português e o espaço ibérico, brasileiro e ibero-americano.

J. S. da Silva Dias (fundador 1982 e primeiro director) | José Esteves Pereira (director 1993-2015)

Directores: João Luís Lisboa; Luís Manuel A. V. Bernardo

Coordenação Editorial: Inês Cristóvão

Conselho Editorial: Adelino Cardoso (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Armelle St.Martin (Un. Manitoba, Canadá), Gonçalo Marcelo (FLUC), Isabel Araújo Branco (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Leonor Santa Bárbara (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Nicolas Manidakis (Un. Atenas), Nuno Domingos (ICS-ULisboa), Nunziatella Allessandrini (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Pedro Cardim (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Sébastien Rozeaux (EHESS Paris)

Conselho Consultivo: Aliocha Maldavsky (Un. Paris Ouest Nanterre), Andrea Carlino (Un. Genebra), Ângela Barreto Xavier (ICS-ULisboa), Antonio Castillo Gómez (Un. Alcalá), Colas Duflo (Un. Paris Ouest Nanterre), Fátima Nunes (UÉvora), Fernando Catroga (Un. Coimbra), Gabriella Silvestrini (UPO Vercelli), George H. Taylor (Un. Pittsburgh), Hans-Jürgen Lüsebrink (Un. Saarland), Márcia Abreu (UNICAMP),

Michaela Irimia (Un. Bucareste), Rochelle Pinto (CSCS, Bangalore), Roger Chartier (Collège de France), Roger Savage (UCLA), Teresa Cruz e Silva (Un. Maputo), Vanda Anastácio (ULisboa)

Referees deste número: António Andrade (Un. Aveiro), Emanuel Cameira (IHC-NOVA FCSH), Fabiano Cataldo (UNIRIO), Fernanda Maria Guedes de Campos (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Gisele Venâncio (Un. Federal Fluminense), Isabel Lustosa (Casa de Rui Barbosa), João Pedro Rosa Ferreira (CHAM, NOVA FCSH-UAc), Maria de Fátima Nunes (Un. Évora), Nuno Domingos (ICS-ULisboa), Patrícia de Jesus Palma (CHAM, NOVA FCSH-UAc).

Gestão de Acesso Aberto e Metadados: Helder Mendes

Capa: Cesare Ripa, *Iconologia*, ed. Pádua, 1618

Direcção Gráfica: Edições Húmus

Editor: CHAM, NOVA FCSH-UAc / Edições Húmus © CHAM e Húmus

Depósito legal n.º 97341/96 | ISSN: 0870-4546
URL deste número: <https://doi.org/10.4000/cultura.5428>

Preço deste número: 17 euros

Permutas e oferta de exemplares para recensão:
CHAM | Av. de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa |
Portugal | culturacham@fcsch.unl.pt
Para referência de números anteriores, consultar:
<https://journals.openedition.org/cultura/>

Publicação subsidiada ao abrigo do projecto estratégico do CHAM, FCSH, Universidade NOVA de Lisboa, Universidade dos Açores, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia – UIDP/04666/2020.

Cultura

Revista de História e Teoria das Ideias

Vol. 38 – 2019 / II Série

*Bibliotecas públicas, políticas culturais
e leitura pública: prospetiva, tensões
e dinâmicas sociais*

Coordenação científica

Paula Sequeiros, Débora Dias,

Nuno Medeiros e Cláudia Sousa Pereira



Índice

Apresentação. Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura pública: prospetiva, tensões e dinâmicas sociais <i>Nuno Medeiros, Paula Sequeiros, Cláudia Sousa Pereira e Débora Dias</i>	9
Dossiê Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura pública: prospetiva, tensões e dinâmicas sociais	
La proximidad y lo digital en la lectura pública: en El Fondo, una biblioteca de la ciudad <i>Paula Sequeiros</i>	15
Literatura ao Vivo. O caso dos livros-objeto e a ativação do conceito de <i>design</i> literário <i>Cláudia Sousa Pereira</i>	39
Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental. Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros <i>Nuno Medeiros</i>	59
“As bibliotecas sem muros”: a polissemia de um conceito e suas práticas <i>Débora Dias</i>	71
<i>Onde está o meu livreiro?</i> Reflexões sobre livrarias e leitura pública <i>Fátima Ribeiro de Medeiros</i>	83
Projeto “Álbum de Família” <i>Alexandre Freitas, Ângela Camolas e Teresa Sampaio</i>	95
Alfabetización crítica y lectura digital <i>Margarita Pérez Pulido</i>	105

Vária

O espírito da Expedição Langsdorff, diplomacia científica e a identidade cultural brasileira

R. P. Alencar e P. R. de Macedo-Soares

125

Literatura ao Vivo. O caso dos livros-objeto e a ativação do conceito de *design* literário

Cláudia Sousa Pereira*

Cultura. Revista de História e Teoria das Ideias 38 (2019): 39-57. ISSN 0870-4546

DOI: <https://doi.org/10.4000/cultura.5471>

Resumo

As bibliotecas são também lugares de formação de mediadores informais de leitura literária. Este texto propõe um conceito que melhor ajude os que nelas trabalham a escolher as obras literárias que se leem e dão a ler: o *design* literário. Concentramo-nos nas obras que se reúnem no subsistema literário infantojuvenil (LIJ), em particular nos livros que subalternizam o código verbal, mantendo o valor que interessa para desenvolver o gosto e as competências para a leitura de literatura: é o livro-objeto, o que desafia os limites da investigação em estudos literários, mas que julgamos importante para discutir a *literariedade* na sociedade contemporânea que se pretenda democrática no acesso à leitura literária para além do consumo de livros. Esta perspetiva pode ser considerada uma desvalorização do literário pela valorização do utilitário, o que contrariaremos.

Palavras-chave: mediação de leitura literária, literatura para a infância, livro-objeto, promoção do livro e da leitura, *design* literário.

Abstract

Libraries are environments of formation for informal mediators of literary reading. This text proposes a concept that helps those who work in them to choose the literary works to read and to suggest: literary design. We focus on the works that are gathered in the literary subsystem of Children's Literature (CL), particularly in the books that subordinate the verbal code maintaining the value that matters for developing the taste and the skills for the literary reading: the book-object, which challenges the limits of research in literary studies, but that we believe are important to discuss literariness in the contemporary society that is intended to be democratic in the access to literary reading beyond the consumption of books. This perspective can be considered a devaluation of the literary for valuation of utilitarian, what we will counter.

Keywords: literary reading mediation, children's literature, movable book, book and reading promotion, literary design.

* CIDEHUS — Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades, Universidade de Évora, Portugal. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7298-3945>. Email: cpereira@uevora.pt.

Campo de estudo: enquadramentos iniciais

Parte do título deste texto – *Literatura ao Vivo* – resulta de considerarmos a hipótese de que, na sociedade em que vivemos, o espetáculo domina. Sociedade ocidental, contemporânea, evidente para o cidadão comum que se movimenta e convive num meio minimamente urbano, mesmo que não cosmopolita. As características deste aspeto da vida em sociedade, que se descobrem em diferentes áreas da atividade humana, mostram-se através dos meios de comunicação que têm no público massificado o modelo sobre o qual se constroem, muitas vezes, senão a maioria, não coincidindo com a realidade dos seus espectadores. A experiência pelo público de outras realidades mediadas parece tender a tornar-se a própria realidade experimentada, com todas as ilusões provocadas e as consequências que delas advêm.

A discussão não é nova, e foram, para nós, os estudos de Marshall McLuhan (1911-1980) e Walter Ong (1912-2003), a que agora regressámos, que primeiro e melhor responderam ao impacto que a transformação – quer nos objetos, quer nos sujeitos (recetores e emissores) das formas e meios de comunicação – implicou nas dinâmicas sociais que nos trouxeram até hoje. Nos dois autores, as experiências que os objetos e a comunicação (que é estabelecida entre eles e os que os produzem ou consomem) assentam no uso dos sentidos. Falamos sobretudo da visão e da audição, que, ao longo da história da Humanidade, têm oscilado no *podium* da popularidade ou do sucesso, afetando conseqüentemente, quer a produção, quer o consumo dos objetos ou produtos, que valorizam ora uma, ora outra.

Esta espécie de concurso de sensações, como de resto qualquer concurso, pressupõe que o ato de criação se molde e possa ficar condicionado ao objetivo de servir mais a utilização do objeto criado. Deseja-se que também o faça melhor, numa discussão que ultrapassa as questões de quantidade e atinge as muito mais complexas questões éticas, que também deveriam ajudar a distinguir o que é melhor. Foi ao procurarmos respostas para a potencialização de objetos que considerámos difícil serem usufruídos por mais pessoas, e percorrendo este sentido, que encontramos noutro pensador, o filósofo do *design* Vilém Flusser (1920-1991), o conceito de *design* literário, que permite dar resposta a parte das nossas dificuldades em resolver a equação “mais e melhor” no campo tão aberto, chame-mos-lhe assim, do livro e da leitura literária.

Os estudos literários têm, como qualquer domínio científico, a sua história e percurso de teorias que se entrelaçam ou rechaçam, que se complementam em fatores que acumulam ou subtraem argumentos e provas, tudo fortemente condicionado pelas ditas dinâmicas sociais, que, à semelhança de tantas outras atividades humanas e sociais, ora são

recurso, ora são finalidade. Entre a reatividade e a proatividade, extremos que criam o ambiente para a mudança, há um conjunto de práticas e objetos, ou práticas com objetos, que se prolongam por períodos variáveis na linha do tempo e constituem padrões que, enquanto estudiosos, nos apressamos a catalogar e sistematizar, de forma a organizarmos o que criamos e consumimos. Esta imagem, quase industrial, que parece tão longe daquela em que os amadores de literatura possam crer, trouxe-nos, nos estudos literários, ao conceito de literatura como sistema. É Itamar Even-Zohar, com aquilo a que em 1970 começou por designar *polysystem hypothesis*, quem ainda melhor sustenta, em nossa opinião, a importância da perspectiva dinâmica no tratamento do campo de estudos a que chamam ainda, com pouca especificidade e cuidado, literatura.

Num esclarecedor artigo intitulado “Polysystem Theory”, que publica em 1979 na revista *Poetics Today*, Even-Zohar justifica esta perspectiva a ser considerada nos estudos literários. O princípio que o move é: “The idea that semiotic phenomena, i.e., sign-governed human patterns of communication (e.g., culture, language, literature, society) should be regarded as systems rather than conglomerates of disparate elements, has become one of the leading ideas of our time in most sciences of man” (Even-Zohar 1979, 288). É precisamente através deste “poder e saber fazer” da comunicação humana onde escolhe colocar-se e que é também por definição a semiótica, que este princípio dá sentido aos estudos literários tal como ainda hoje também nós os perspectivamos¹. É que, depois de recolher e colecionar dados e factos literários, os estudos de uma história da literatura, importava-nos colocá-los ao serviço da sociedade, distinguindo a leitura literária, por especificação, de outras leituras.

A nossa investigação, que serve sobretudo à formação de mediadores de leitura literária, pretende afinal encontrar ferramentas que permitam a formação de melhores leitores de literatura, encontrando-se assim, numa parte que queremos considerar importante, com algumas das missões da biblioteca pública contemporânea. Ao longo da investigação que realizamos desde 1994, momento em que nos afastámos da perspectiva filológica, fomos focalizando o nosso interesse, não apenas no texto literário, como tradicionalmente se define o próprio campo dos estudos literários, e não apenas na filologia, mas no leitor do texto literário. Não foram alheios a essa opção o pensamento e obra de Umberto Eco, por

¹ E continua: “Thus, the positivistic collection of data, taken bona fide on empiricist grounds and analysed on the basis of their material substance, has been replaced by a functional approach based on the analysis of relations. Viewed as systems, it became possible to describe and explain how the various semiotic aggregates operate. Subsequently the way was opened to achieve what has been regarded throughout the development of modern science as the latter’s supreme goal: the detection of those rules governing the diversity and complexity of phenomena rather than their registration and classification” (Even-Zohar 1979, 288).

um lado, e o contacto com os livros que os autores, em primeira instância, mas não única, dedicavam a um leitor-modelo. A par da literatura infantojuvenil, subsistema literário que aqui nos interessa, também a chamada “literatura de massas”, concretizada a maior parte das vezes nos apelativos e rentáveis *best-sellers*, nos tomou algum tempo de pesquisa.

Foi, pois, neste recetrar do nosso percurso de investigação e docência que nos encontramos com o serviço público prestado pelas bibliotecas. Durante vários anos, a Biblioteca Pública de Évora serviu-nos, ora de laboratório, ora de observatório. Nela experimentámos sobretudo a reação de leitores a obras que propúnhamos para leitura e, simultaneamente, a sugestões de leitura dos utilizadores com que partilhávamos discussões. Nenhum destes processos se pode dizer que tenha seguido propriamente um método científico, embora haja um texto (Pereira e Calixto, 2010) que publicámos em parceria com quem fez investigação na área das Ciências da Informação e Documentação que reflete esses “tempos de laboratório”. E a atual frequência de atividades em torno da leitura literária tem-nos permitido acompanhar, para além da formalidade da sala de aula nas Universidades, as dinâmicas que esta vai tomando em função de diversas variáveis. Falamos do género, período ou nacionalidade das obras literárias, bem como dos seus leitores e dos contextos de leitura.

Para já, e uma vez enquadrado o texto que iniciámos, resta-nos deixar então bem claro o que entendemos por leitura literária. Usaremos as palavras que a académica recém-desaparecida Graça Paulino, reconhecida especialista na área, nos deixou:

“O pacto entre leitor e texto inclui, necessariamente, a dimensão imaginária, em que se destaca a linguagem como foco de atenção, pois através dela se inventam outros mundos, em que nascem seres diversos, com suas ações, pensamentos, emoções.

A linguagem se mostra não apenas um meio de comunicação, mas um objeto de admiração, como espaço da criatividade. Misturada à vida social, a leitura literária merece atenção da comunidade, por constituir uma prática capaz de questionar o mundo já organizado, propondo outras direções de vida e de convivência cultural.”²

Estas palavras realçam a leitura no espaço social, ponto focal deste artigo desenvolvido no âmbito dos estudos literários, mas para além das “intimidades” que um texto ou obra literária revela nesta área disciplinar, e de que trataremos em seguida.

² <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-literaria>.

Da imaterialidade do texto literário à materialidade das práticas de promoção da leitura literária

Arte verbal. Em duas palavras talvez seja esta a definição mais simples para o significado de “literatura”. Simples em quantidade de palavras usadas para a definir, porque a complexidade que começa e é óbvia na palavra “arte” tende a estender-se ao adjetivo “verbal” desde meados do século passado, na história e teoria da literatura, disciplinas enquadradoras de qualquer ciência, mesmo a que se debruça sobre a arte, tal como a que aprofunda qualquer técnica. Falamos do século XX porque foi quando “o literário” se libertou, em parte, do bonito mas redutor conceito das *Belles Lettres*³. Os estudos culturais e os estudos comparatistas vieram conceptualizar e efetivar a relação que a arte verbal sempre teve com as outras artes. Os termos desta comparação existiam já desde a Antiguidade no discurso teórico e preceptivo, mas estudar literatura implicava uma quase exclusiva focalização do estudioso, pelo menos na academia, no texto verbal.

Desde o estudo de variantes ou versões para a fixação, o mais correta e precisa possível, de um texto-alfa à última vontade do autor na leitura de um manuscrito rasurado a editar e estudar postumamente, passando por leituras historicistas, formalistas, estruturalistas ou psicanalíticas, o texto verbal foi sempre, naturalmente, o *core* dos estudos literários. Na segunda metade do século XX, com os primeiros passos na democratização do acesso aos bens artísticos através dos meios de comunicação desejavelmente de massas, esta área de estudos foi procurando compatibilizar uma especificidade que o conceito de arte verbal continua a encerrar em si mesma com uma rede de atos e produtos de outras artes cuja génese partilham, no que diz respeito a pelo menos três (os que aqui nos convocam, pois serão muitos mais) princípios: criatividade, comunicação e prazer.

Esta democratização começou por dirigir-se aos recetores de algo que uma certa elite, a dos artistas chamemos-lhe assim, conservou para si no ato exclusivo da criação artística. Curiosamente, fomos assistindo ao estender-se desta democratização pela fluidificação dos limites que uma “educação pela arte” foi tornando mais elásticos, muitas vezes até subalternizando, na nossa opinião, a tão ou mais importante “educação para a arte”. Não entendemos esta última como o mecânico acumular de conhecimentos factuais (nomes, datas, títulos, nacionalidades, correntes ou tendências...) que, para muitos, constitui ainda a única forma de erudição, mas sim o propiciar do contacto com o

³ Referimo-nos ao conceito desenvolvido ao estilo da enciclopédia e tal como definido, por exemplo, no <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/belles-lettres>: “works of literature that are beautiful and pleasing in an artistic way, rather than being very serious or full of information”.

conhecimento que permite o uso da argumentação sustentada na formação da opinião que justifica o gosto⁴.

Esta abertura do campo de estudos ganha apoio na teoria do polissistema que acima referimos e de que é autor Itamar Even-Zohar. Concebendo a literatura como parte da atividade cultural, Even-Zohar concebe-a como sistema que interage com múltiplos elementos e fatores para que se constitua enquanto tal. O autor parte do esquema comunicacional desenhado por Roman Jakobson, em 1960. Neste esquema, relacionam-se e articulam-se seis componentes essenciais à concretização da comunicação, numa espécie de “chave sextavada” que abre o texto ao uso humano: contexto, emissor, mensagem, destinatário, canal de contacto e código. Cada um destes elementos desencadeia uma função específica da linguagem; é difícil encontrar numa mensagem exclusivamente uma das seis funções respetivas, mas há funções predominantes: emotiva, apelativa, denotativa, fática, metalinguística e poética.

A partir do esquema de Jakobson, Even-Zohar criou um outro esquema, relacionando aqueles elementos com outras áreas da comunicação no sistema cultural, que não só a verbal e muito moldada pela prática de consumo da sociedade, e organizou os elementos naquilo a que chamou um polissistema literário: instituição (contexto), repertório (código), produtor (emissor), consumidor (recetor), mercado (contacto; canal) e produto (mensagem). Para além da linguagem verbal, enquanto ferramenta e com a especificidade que a literatura molda de acordo com múltiplas variáveis, importava que a linguagem verbal literária contribuísse também para os sentidos que as representações culturais do Mundo e da Humanidade procuram e criam, colocando hipóteses e propondo leituras que indicassem respostas.

Recorrendo à expressão “*uses of literature*”, termo inglês mais eufemístico do que “utilidade da literatura”, prosseguimos as nossas reflexões, desta feita apoiadas nos princípios desenvolvidos por um filósofo do *design*, Vilém Flusser. Este *designer* viveu sempre preocupado com a importância e o impacto da comunicação das ações humanas nas reações dos indivíduos e na organização da sociedade, alertando-nos para a intencionalidade que qualquer mensagem comunicada assume, mais ou menos explicitamente. Estes alertas convocam-nos para a necessidade de sabermos “ler” um mundo que é, segundo Flusser, um mundo codificado que se nos revela, no sentido bíblico de tornar a velar ou esconder, através de mais linguagens do que a verbal. É o mundo da criação humana artística:

⁴ Segundo Bernardes e Mateus (2013, 32), com quem concordamos em muitos aspetos e que adiante voltaremos a referir um pouco mais demoradamente, são “cinco [as] componentes essenciais da cultura literária (língua, retórica, contextos, ideias, estética)”, e certamente ao longo do tempo cada uma delas terá tido maior influência no método de abordagem de autores e obras.

emotiva, apelativa, fática e poética. Ficarão de fora, nestas funções que recuperamos de Jakobson, a metalinguística e a denotativa: a primeira por ser mais ensimesmada, a outra por representar uma espécie de valor médio ou de referência a partir do qual se assegura o entendimento mínimo do significado dos sinais do código, chamemos-lhes assim, ainda que de forma vagamente imprecisa. Aliás, no termo inglês *design* encontramos precisamente um sinónimo de desígnio ou intenção, como o próprio Flusser realça.

Há nestas reflexões a vontade de concretizar – materializando – os conceitos, para o bom uso da imaterialidade de que a literatura se constrói (emoções e sensações, representadas), o que passará por distinguir os quatro caminhos que neles se podem percorrer para usufruir – usar e fruir – de um objeto de arte. São esses percursos: o estético (que distingue o belo), o ético (que apresenta, representando, os exemplos a defender ou seguir), o político (que reclama a ação em benefício (ou com impacto) do coletivo em que o objeto circula) e o lúdico (no sentido de jogo, de adivinha, de descodificação ou, simultaneamente e nos muitos casos na LJ, de prazer puro). Pedindo emprestado o título de uma pequena e curiosa obra de outro *designer*, Peter Mendelsund (2019), trata-se de descobrir “o que vemos quando lemos”.

Aproximando-nos já do subsistema da LJ de que nos ocupamos, comecemos por este último percurso, o do prazer que se pode obter na leitura de um livro, tantas vezes refém dos momentos de evasão e distração. Todos os que são leitores amadurecidos de obras canónicas da literatura, sobretudo de época ou nacionalidade mais distantes, sabem bem o que de concentração se exige para se alcançar a distração. Aliás, o simples ato de ler implica precisamente concentração, como outras atividades em que somos neófitos. Só a prática, com a repetição e constância ao longo do tempo, nos treina para que a concentração seja quase automática e se passe desde logo ao reconhecimento do prazer que dela se pode retirar.

Promover a leitura literária, como se pode fazer nas bibliotecas públicas e não apenas na sala de aulas, e como acontece em tantas outras atividades que desejamos atraentes, pode ter no prazer, de forma aparentemente contraditória, o princípio e o fim do percurso. Porque se é já leitor literário ou porque a leitura não é uma atividade habitual, a biblioteca pode tornar-se o ambiente social privilegiado a frequentar, embora, obviamente, com atividades e serviços bem distintos, até com a mesma obra literária como denominador comum. Para isso é preciso, no mínimo, que o prazer seja um dos desígnios dessas atividades, ao contrário do que acontece em grande parte na sala de aula. E será consensual, para quem as promova, que um leitor que comece a lê-lo desde que nasce será sempre um potencial “sócio cativo” destas casas do livro. Os espaços para utilização de bibliotecas públicas por famílias com bebés é já uma realidade razoavelmente encarada do lado

institucional. Verifica-se nos edifícios, mas também nas coleções e, acima de tudo, nas atividades propostas e/ou realizadas.

O primeiro contacto do ser humano com o livro faz-se exclusivamente pela ativação dos cinco sentidos, também primeiro modo de interagir com o mundo que nos fica para sempre, enquanto seres vivos, nas reações mais primárias. O livro é mesmo só um objeto, usá-lo é apenas retirar dele algum prazer sensorial: morder, mexer, ser atraído pelas cores e brilhos, ou brincar ao esconde-esconde com tudo o que se pode abrir e fechar, ou ouvir por parte de quem partilha a sua manipulação, uma voz amada ou uma melodia encantatória, seja ela para embalar, seja ela o fisiológico espirrar, exemplo quase inexplicável de diversão para os bebés.

Onde é que os estudos literários são chamados a propósito destes objetos? Diremos, para já, que estes livros são o exemplo mais concreto do que a literatura pode oferecer ao seu leitor. Da arquitetura do livro à engenharia do papel, também o *design* literário estará presente num livro-objeto. As reservas que colocamos existem na mesma proporção em que existem muitos livros que se arrumam na prateleira de uma livraria sob a etiqueta *Literatura* e cuja literariedade, aferida pelos que estudam literatura, pode ser posta em causa.

Se a arquitetura e a engenharia surgem como elementos mais espetaculares quando se lê um livro-objeto, o *design* literário pode esconder-se em detalhes menos óbvios, ou nada evidentes na ausência de texto verbal. É nesta obscuridade da matéria literária⁵ que nascem os desafios de quem estuda literatura e tem como agenda ganhar adeptos para a mesma. Voltamos, pois, aos quatro caminhos que se cruzam para darem origem às quatro condições que permitem definir e como tal ajudar à avaliação de uma obra artística, no caso em apreço, o livro. Numa perspetiva de “pôr a funcionar” o livro, que é o que fazem quer os professores de literatura, quer os bibliotecários que se ocupam da promoção da leitura literária, o desígnio ou intenção é que este seja apreciado pelos quatro valores que, na linguagem literária, são ativados também pela utilização de figuras de estilo. Falamos, de novo, do valor estético, do ético, do político e do lúdico. Estes são ingredientes que só o saborear assíduo e variado de muitos exemplares de muitas criações se distinguirão cada um por si. O todo, que é o que de facto promove e constitui a leitura que aqui nos traz, é o valor literário.

Sem linguagem verbal, como num livro-objeto sem palavras, estas substituem-se na intenção de subentender ou dizer de outra forma para além do óbvio, numa perspetiva que não a da mera comunicação de factos ou descrição de evidências. A linguagem

⁵ Nesta expressão usamos o título de uma importante obra de teoria da literatura de Manuel Frias Martins, *Matéria Negra* (Martins 1996).

literária – com todos os “sotaques”, regionalismos, nacionalidades, com a marca do tempo em que se pronuncia – transforma sensações e emoções (de um autor que as cria para construir um mundo textual) em palavras que se transformam depois noutras sensações e emoções quando recebidas pelo leitor. No livro-objeto sem palavras, os códigos de outras linguagens artísticas entram no lugar da linguagem verbal e cumpre aos seus leitores atribuírem-lhe conceitos que são palavras e que responderão a perguntas dependentes da linguagem verbal. Trata-se, não de uma tradução, mas de uma transmutação, como bem nos explica Umberto Eco no seu *Dire quasi la stessa cosa* (2003), obra onde acentua o que se perde ou ganha quando se transforma um objeto nascido numa determinada linguagem noutra linguagem. E isso é o que acontece quando se lê com um pré-leitor (de palavras) um livro-objeto, numa atividade que poderá ser sempre de “literatura ao vivo” – assim o objeto que é um livro tenha esse valor literário resultante dos tais “ingredientes” essenciais.

O espaço da biblioteca pública e a leitura literária: a relação do livro-objeto com a literatura

É, pois, com o livro-objeto da LIJ, seja ele *pop-up*, livro-acordeão, livro-carrossel, *mix-and-match*, ou outro, que trataremos o fazer-acontecer “literatura ao vivo” na promoção do livro e da leitura, no sentido de propor ao mediador uma abordagem próxima da leitura literária. Pensamos naqueles que trabalham fora de programas de sistemas de educação nacionais, os que têm como objetivo impor competências a adquirir, pela não desprezível necessidade de padronizar a aquisição de conhecimentos de forma equilibrada com vista à proporcional igualdade de oportunidades de todos aprenderem o mesmo. Com efeito, as bibliotecas públicas, independentemente da existência de bibliotecas escolares ou das práticas pedagógicas que em creche e jardim de infância se realizam nos chamados “cantinhos da leitura”, podem proporcionar a especificidade que o literário acrescenta, para além da óbvia promoção do livro e da leitura.

A afluência do público infantil à biblioteca pública depende quase exclusivamente da boa vontade de educadores, professores e famílias, já que não está decretada como a escolaridade obrigatória. Seria importante que, a par dessa boa vontade, houvesse igual consciência de que a biblioteca pública é um espaço de usufruto da comunidade em torno da leitura e que, por muitas e variadas atividades que ali possam acontecer, essas terão sempre, ou também deveriam ter, o livro e a leitura como pontos centrípetos. O espaço das bibliotecas é usualmente pensado nesse uso, muito embora por vezes possa parecer que outros valores ou intenções se sobrepõem a esse uso, o que faz com que queiramos perceber sempre melhor as explicações de quem projetou o uso desses

espaços. Concentremo-nos no espaço infantil, em particular no que acolhe os pré-leitores, onde o chão ganha uma importância que tende a diminuir à medida que a nossa cabeça vai ficando mais longe dele. A primeira aproximação à leitura do mundo que nos rodeia mediada por um objeto poderá ainda não ter a forma de um livro. Pode até aproximar-se do antigo rolo.

Na nossa experiência de formação de futuros educadores de infância, costumamos usar o exemplo dos tapetes pedagógicos ou tapetes sensoriais, nesta “história do livro infantil”. São o objeto ideal para o bebé fazer as suas primeiras leituras autónomas, se não pensarmos nele como uma espécie de poltrona, mas como o objeto que se lê mesmo. É do conhecimento geral, depois de a ciência o ter comprovado e aprofundado, que os bebés percebem e respondem a estímulos desde a fase intrauterina, e que essas serão as atividades mais importantes das suas vidas logo após o nascimento: são as suas referências, é o que conhecem do mundo, o código que descodificam. No sentido de continuar a incentivar essas competências, oferecem-se oportunidades seguras para que o bebé descubra no mundo mais e outras realidades que reconheça a partir desse seu pequeno repertório, como o tapete de atividades permite fazer. Esse brinquedo consiste, basicamente, num tapete acolchoado, alguns com arcos projetados para terem outros objetos igualmente estimulantes, uma espécie de móveis que atraem visual e/ou auditivamente. Os tapetes são coloridos, têm diferentes texturas e emitem sons. O objetivo é óbvio e fácil de atingir se deixado, com tempo e exemplo, ao uso do bebé: estimular o desenvolvimento por meio de atividades sensoriais, aquelas em que as crianças podem explorar o mundo através dos cinco sentidos. Estas são atividades muito importantes (que os livros infantis prolongam a partir das fases em que o bebé, nas suas capacidades motoras, se torna preênsil), pois permitem que os neurónios criem conexões em todo o cérebro. Se com o tapete basta pousar o bebé sobre o mesmo, com o livro o adulto tem de ensinar o gesto de folhear, passando as páginas e fazendo-o mexer-se.

Quando da aquisição deste tipo de material didático, os especialistas aconselham ter atenção a algumas características, para além do certificado de segurança para o uso por bebés. De entre os conselhos consultados, fizemos uma seleção de três sugestões que nos permitem dar mais facilmente o passo que relaciona este objeto com o livro. Assim, as recomendações passam pelas seguintes condições: o espaço disponível para estender os tapetes, já que os há em modelos estreitos e longos, quadrados ou compactos; o material de que são feitos e que deve ser não só confortável, como lavável para ser usado muitas vezes; a versatilidade, que permite que, nos tapetes que têm múltiplas atividades, estas possam ser realizadas enquanto o bebé está nas mais diferentes posições. Estas três características – espaço, material e versatilidade - transpostas para a escolha de uma coleção

de livros-objeto, não apenas para estas idades, mas encarados como livros que subalternizam o código verbal, estimulando a leitura dos outros códigos que utilizam, poder-se-iam transmutar em: 1) o gosto do adulto mediador; 2) as características materiais que facilitam a manipulação do livro ou constituem o desafio da sua utilização; 3) a diversidade de abordagens a uma mesma temática e a possibilidade de as alargar, explorando-as a partir das preferências já demonstradas pelos pequenos utilizadores. Com efeito, podemos em cada um destes três pontos ou características perceber como a arquitetura do livro e a engenharia do papel se encontram com o *design* literário, conceito que propomos como sendo pensado para que estes livros-objeto sejam parte do subsistema da LIJ e sejam, pois, *corpus* dos estudos literários. Ter-se-á em conta nestes objetos, antes de serem dados aos seus destinatários, que na forma cumpre também a função, neste caso de formação do leitor literário. E já voltaremos, depois de atentarmos mais um pouco em cada uma das características do livro-objeto, aos tapetes sensoriais e à sua relação com a literatura.

O gosto do mediador é a característica que melhor serve uma explicação generalista de inclusão da LIJ no mesmo polissistema literário⁶ que inclui Shakespeare, Cervantes, Camões, Goethe, Petrarca, Dumas, Tolstoi, Whitman, Jorge Amado, Pessoa, Saramago ou Mishima, por exemplo. A movimentação que as obras literárias e os autores fazem das periferias para o centro, ou vice-versa, de um sistema literário dinâmico que os traz para a ribalta dos incontornáveis, ou os faz arrumarem-se nas prateleiras mais inacessíveis aos leitores, depende de inúmeras instâncias e instituições, contextos histórico-sociais, em que outros atores e mediadores entre a obra e o seu leitor, para além do autor e do leitor, condicionam a sua receção. Esse gosto serve, por vezes, várias agendas que valorizam ora um ora outro dos quatro valores de uma obra literária, e se vertem nela como “materiais” usados na obra.

Esses “materiais” realçarão o que se pode avaliar na obra, esse desafio à nossa opinião sobre ela. A valorização estética nos livros-objeto transparece na espetacularidade das formas, nos artifícios das figuras, na utilização das cores ou de outros materiais que estimulam os sentidos para chegar aos sentimentos que reagem às sensações. A valorização ética, e também a política, já que por vezes se trata de uma variável de escala, tende a (pre)ocupar-se sobretudo com a temática, ou com a atenção sobre um só assunto ou personagem. E a valorização do lúdico pode considerar apenas o entreter do leitor, nem tarefas que signifiquem descobrir, por si e autonomamente, algo de escondido ou aparentemente inacessível à partida: a destreza em abrir o livro e folhear as primeiras páginas.

⁶ Relembramos os elementos do esquema da comunicação de Jakobson transformado por Even-Zohar: instituição (contexto), repertório (código), produtor (emissor), consumidor (receptor), mercado (contacto; canal) e produto (mensagem).

Finalmente, a diversidade permite que o horizonte de expectativa do pequeno leitor se alargue, numa escalada de competências que, passo a passo e com confiança, conduz à compreensão do que de novo no mundo lhe vai sendo proposto. É dessa variedade que a escolha nasce, caso contrário a unanimidade faz tropeçar o pluralismo. Se uma das leis que mais natural e facilmente o ser humano cumpre é a do menor esforço, a variedade bem aproveitada, uma vez ultrapassada a dúvida algo ansiosa da escolha, promove uma sistematização de critérios mais ágil e proporciona a organização de argumentos que sustentem a primeira, e afinal última, questão do gosto.

Regressando, então, à relação tapete-livro, esta interessa-nos na formação do mediador de leitura literária para colocar também a questão do binómio distração-concentração. Sendo hoje evidente para os pedagogos a imprescindibilidade do brincar no desenvolvimento psicossocial do ser humano, a simples observação de um bebé (sem problemas que podem ser de várias ordens e condicionantes das capacidades requeridas) a manipular o tapete sobre o qual o deitam prova a capacidade de concentração que a atividade da leitura também exige. Esta capacidade depende quer do nível de paciência ou persistência do seu carácter, quer do ambiente que o condiciona a tranquilamente persistir concentrado na sua tarefa, a maior parte das vezes não sem a atenção ativa do adulto presente, e de que dependerá o prazer obtido de tal atividade.

Nesses tapetes há até, normalmente, uma atividade, para os já mais experientes, que consiste em levantar um pedaço de pano recortado, que, uma vez assim “folheado”, dá acesso a uma espécie de espelho onde o bebé se pode ver refletido. E não são apenas a motricidade, o tato ou a visão que são exercitados. O adulto, se atento ao assunto, pode ajudar o bebé nesse espreitar para dentro do livro (onde o brincador-leitor se revê, refletido) e passar a fazer ele próprio parte do universo representado naquele tapete. Quantas vezes os leitores compulsivos de ficção não se encontram dentro do universo romaneado com as suas próprias realidades? E quantas vezes não é isso mesmo que ali procuram? E é assim que podemos afirmar que o desenho desse universo através da linguagem literária vai ditar, precisamente, a qualidade do *design* literário usado.

A identificação dos leitores com o que se representa nos livros (personagens e situações, sobretudo) normalmente esconde a importância do código verbal na constituição de um repertório que, totalmente dependente da palavra e dos conceitos, só através da palavra existe. Um código verbal transformado em produtos concretos⁷. Essa análise, que

⁷ As atividades carnavalescas ou de *cosplay* também elas são o resultado dessa espécie de curto-circuito que permite uma “identificação sem porquês” de quem foi influenciado pela mensagem, sem descobrir, ou saber explicar, que código o programou para tal. Imitam-se personagens saídas da palavra, por vezes para além do que essas personagens significam no contexto da obra de onde saem.

pode ser feita *a posteriori* e que normalmente descobre poéticas várias, pode também fazer parte de agendas que, precetivamente, condicionam a receção destes objetos culturais de que os livros e a literatura são parte. Nesse lidar com a semiótica, cumpre aos estudos literários, e usando o jargão da teoria dos polissistemas, analisar o funcionamento dos códigos e a consciencialização dos processos que levam à construção ou criação das mensagens ou produtos. E isso passa também, numa fase inicial do aprender a ler literariamente, pela capacitação gradual dos recetores para diagnosticarem o porquê do seu gosto e, afinal, conhecerem a sua adesão ao consumo desses produtos.

No ensino da leitura literária, e não da literatura, o objetivo não será nunca possível de alcançar sem a atividade da leitura integral e atenta do próprio texto. Quantas vezes só depois de mais do que uma leitura de um texto, ou da sua leitura em voz alta, conseguimos entendê-lo. E talvez seja a primeira das várias formas como o entenderemos. No livro-objeto, para além da manipulação física do livro, a busca de sentidos e significados obriga-nos, a nós leitores curiosos e dispostos a tornarmo-nos leitores literários, a estar atentos e a manter a curiosidade até ao fechar da contracapa. Às vezes até precisamos de o folhear de trás para a frente, ou de o virar de pernas para o ar, para lhe encontrarmos um sentido e lhe lermos os significados propostos, intencionalmente ou não. Se a arquitetura e a engenharia do livro são a arte que permite essa manipulação, espécie de leitura em voz alta, o *design* literário permite-nos tangermos a imaterialidade que também define a arte verbal. “Ao vivo”, ou seja, em grupo, trocando opiniões, com a *performance* do texto que se transforma em partitura de uma sessão de leitura em voz alta, essa imaterialidade pode tornar-se mais acessível e concretizável. O mesmo ocorre com todas as exclamações, perguntas, observações, pequenas histórias que (como *links*, para usarmos linguagem atualíssima) surgem com o saltar ou o deslizar do papel de um livro-objeto.

Propostas a propósito do livro-objeto e do pré-leitor

Para além de se constituírem como área científica no que designámos acima como a tradição das *Belles Lettres*, os estudos literários são cada vez mais chamados a contribuir noutras áreas das ciências humanas e sociais. E já não só apenas para intervir em situações em que o livro é o objeto de interesse profissional, onde encontramos sobretudo editoras, livrarias e bibliotecas, mas onde a palavra, em forma de arte com intenção assumida e com vista à comunicação, tem lugar. Por outro lado, a LIJ continua muito ligada às ciências de educação que, por sua vez e para além do sistema oficial de educação, mantêm relações com outras atividades que implicam a formação de profissionais, onde ensinar

a ensinar é um campo que requer competências e conhecimentos específicos. Nestas áreas, a preocupação é sobretudo com as competências da leitura *tout-court* ou em que o livro e/ou o texto literário serve, demasiadas vezes, de instrumento para o tratamento de outras matérias⁸.

Mas a LIJ, desde finais do século XX, quando começa a constituir-se como subsistema literário e a ter lugar nos planos de estudos do ensino superior, tem vindo a perceber a necessidade de estabelecer também um diálogo muito mais frequente e intenso com as outras artes. O trabalho com o livro-objeto vem confirmar essa necessidade que já era evidente nos estudos sobre o álbum. Em Portugal, foi no ano de 2017 que surgiu a primeira compilação de textos sobre o livro-objeto, resultante de um encontro de investigadoras na Universidade de Aveiro, em 2016, impulsionado por Ana Margarida Ramos. O livro *Aproximações ao livro-objeto: das potencialidades criativas às propostas de leitura* marca a inauguração de um caminho que, na forma de linha de investigação seguida por cada uma das investigadoras, já teve mais três reuniões do grupo inicial, que entretanto se alargou, atravessando a fronteira por duas vezes, para Huesca (2017)⁹ e Orense (2018), tendo voltado em 2019 a Portugal (Braga). Os vários capítulos propõem bibliografias com estudos internacionais, em que as diferentes questões que o livro-objeto pode convocar são colocadas e discutidas, pelo que não faremos aqui uma revisão do estado da arte. Ficar-nos-emos por mais alguns conselhos que se podem juntar aos outros que, desde Natércia Rocha e José António Gomes, em lugares que as instituições que precederam a atual Direção-Geral do Livro e das Bibliotecas e os programas que constituíram até ao atual Plano Nacional de Leitura já divulgam.

Os conselhos que apresentamos assentam em dois pressupostos sem os quais seria inútil os nossos benévolos leitores lerem esta parte do texto. O primeiro é de que os atuais pré-leitores dispõem de objetos culturais para além do livro que têm características com as quais é difícil competir e cuja qualidade, em alguns casos, não pode ser considerado inferior. E quando não se podem vencer... O segundo pressuposto, podendo parecer evidente ao ponto de ser omitido em qualquer manual de formação de mediadores de leitura, é absolutamente necessário: trata-se de ler integralmente o livro que se propõe mediar, mesmo o texto que não pareça verbalmente de “digestão fácil”, prestando atenção a todos os possíveis detalhes que passem despercebidos à primeira vista ou pareçam

⁸ Quando a matéria é literatura, outras abordagens específicas são ainda assim diferentes das que aqui propomos e ligam-se muito ao ensino da própria língua, o que, sendo absolutamente fundamental, se afasta da nossa perspetiva. Leia-se, sobre esta especificidade do “ensino de”, o estudo de José Augusto Bernardes e Rui Afonso Mateus (2013).

⁹ Do encontro em Huesca, Universidad de Zaragoza, resultou também uma publicação (Taberner 2019).

invisíveis a olho nu. Este segundo pressuposto equivaleria, no campo literário sem delimitações, à leitura integral da obra que se ensina.

José Augusto Bernardes e Rui Afonso Mateus resumem o que o mediador, que o professor de literatura tem de ser, deve fazer:

Frequentar glossários, escandir versos, identificar figuras de retórica e outros processos técnico-formais, conhecer a história factual e os pressupostos ideológicos de um texto ou de um autor, integrar uma obra num movimento ou escola, relacionando-a com um quadro, um filme ou uma peça musical, eis as atividades que defendemos para balizar a cultura literária de um professor de Literatura no século XXI. (Bernardes e Mateus 2013, 115)

Estamos aqui a pensar noutro tipo de mediador – o do livro-objeto – que, ainda assim, queira promover o gosto da leitura literária, de resto primeiro passo para que, mais tarde, estas atividades do professor de literatura façam mais sentido. Mas a ação deste mediador de um livro-objeto para um pré-leitor tem muito a ganhar se na preparação da sua atividade tiver em conta e dominar minimamente as cinco componentes elencadas por Bernardes e Mateus, que permitem que se tenha cultura literária, mesmo que transpostas, no caso deste tipo de obras, para outros códigos que não o linguístico ou verbal¹⁰. Desta forma, importará ao mediador pensar nestes livros-objeto tendo em conta a língua, a retórica, os contextos, as ideias e a estética. Estas componentes transformam-se, na nossa opinião, nos elementos norteadores para o desenvolvimento do *design* literário de um livro-objeto.

Sumariamente, se o mediador tiver consciência de que organiza a sua atividade de promoção da leitura, mesmo com um livro sem palavras e “escrito” com formas animadas, com a intenção de começar a formar no pré-leitor o gosto pelo literário, esse mediador ganhará em pensar a sua atividade com as orientações seguintes:

1. o uso que fará da língua ao acompanhar a manipulação do livro-objeto transforma-se nas legendas que transmutam o sensorial em racional: pensemos na lógica da entoação que acompanha o sentido que nas palavras se traduzem em espanto, medo, deslumbramento, queixume, alegria, etc., e que, se os pré-leitores forem mais crescidos, se pode já verter num vocabulário acessível, desafiador, divertido, etc.;
2. quando o mediador prepara a sua atividade, pode procurar no próprio livro-objeto, e até em função do público que o espera, a retórica que melhor se adequa à sua

¹⁰ Aliás, no caso de bebés, nem o uso da palavra dita pelo mediador a propósito do objeto que se manipula fará algum sentido ao pré-leitor, a menos que seja pronunciada pela voz a que afetivamente está vinculado.

performance; esta, afinal, ficará algures entre a sessão do contador de histórias, que guarda na sua memória todas as páginas do livro que conta e que, em função da reação da plateia, escolhe contá-lo de uma outra forma, e a atuação do ator de uma leitura encenada que, pauta na mão, interpreta com a sua leitura em voz alta o texto de acordo com os sentidos que lhe deu e quer dar a quem o ouve;

3. já os contextos, neste âmbito, prendem-se com a maturidade do leitor e o uso a ser feito do livro pelo mediador, de forma a que, por um lado, a criança entenda o que se lhe mostra e, por outro lado, se alargue o seu horizonte de expectativa, trazendo-lhe novidade; para lá da intenção da obra, implícita ou eventualmente explícita¹¹, a avaliação dos contextos pelo mediador passa pela escolha do tipo de livro-objeto, e até mesmo por informação adicional sobre a editora, a coleção, os autores-ilustradores, o que fará com que encontre aquilo que possa interessar mais o pequeno pré-leitor (seja o desafio do novo ou o consolo do já sabido, por exemplo);
4. as ideias que normalmente as abordagens didáticas da LJJ concentram na questão axiológica da educação para os valores são no livro-objeto muito voltadas para a experiência sensorial como produtora de emoção e sentimento; mais do que a reflexão, estas ideias permitem, em primeira instância e como num laboratório de experimentação, a sensação de que, quanto mais vívida, mais impressionante e cativante se torna. As ideias, no sentido de conceitos ou de valores, podem surgir posteriormente no leitor infantil, mas essas outras leituras deverão ser sempre previsíveis, pelo mediador adulto; no livro-objeto, as ideias materializam-se nas opções que o livro faz das sensações e emoções que a sua manipulação exercita, e ao manipulador é deixada a possibilidade de escolher aquela que prefere, mais uma vez porque lhe é surpreendentemente nova ou confortavelmente familiar. O *design* literário, nessa intenção que se verterá na arquitetura e na engenharia do objeto, saberá ser aplicado pelo criador e aproveitado pelo seu melhor mediador;
5. finalmente, a questão da estética apresenta-se, no uso do livro-objeto que inicia a promoção da leitura literária, como a pedra de toque da materialização da leitura literária, já que, de facto, ela concentra num exemplar que se predispõe a uma leitura performativa, ao vivo portanto, um relacionamento da palavra e da sua sonoridade quando dita em voz alta, mesmo não estando lá escrita. Isso acontece com a contemplação do que nasce da imagem das ilustrações tridimensionais, com o contacto do

¹¹ Sabemos que muitas editoras, normalmente na contracapa, dão sugestões de leitura do livro aos leitores. No caso da LJJ, algumas até têm o cuidado de dizer que são mesmo só sugestões, deixando ao mediador espaço para utilizar a arquitetura do livro, ou a engenharia do papel, ou o *design* literário, em função das potencialidades de que certamente disporão para escolher a melhor abordagem.

movimento e do tato que, por definição, o dominam. A dimensão estética da cultura literária concretiza-se na experiência – que se pode tornar prazerosa, depois da persistência que a torna familiar – de sensações, emoções e reações, sobre as quais, mais cedo ou mais tarde, poderemos vir a produzir um discurso racional, argumentando a níveis diversos: ou pedindo para repetir, ou usando como referência (um livro igual àquele...), e que posteriormente ajudarão a criança a definir-se como leitor que prefere “isto ou aquilo”.

Aqui chegados, para resumir e concluir, cumpre-nos dar, então, uma mão-cheia de sugestões:

- 1.º o livro e a leitura são o centro da atividade com livro-objeto para pré-leitores e famílias; tudo o que a eles se possa acrescentar é um brinde que vem premiar esta atividade, mas que podia acontecer com outra qualquer;
- 2.º o mediador que fizer a leitura ao vivo do livro-objeto estará a competir com o colo da mãe, as cócegas do pai ou os desenhos animados da TV, por exemplo, pelo que o livro tem de ser mesmo muito atraente e a leitura, estando à sua altura, deve fazer com que, no final feliz, seja o livro que o espectador quer voltar a ver/ler;
- 3.º o livro-objeto deve ser surpreendente, sem ser demasiado difícil de manipular (manipular é lê-lo), ou demasiado “precioso” para ser devorado quando o pré-leitor se lhe atirar para o ler sozinho (se for um livro em que a criança não possa mexer, não lhe vai servir de muito a não ser de bibelot; e se não for para mexer nos livros, então não vale a pena ir à biblioteca pública para ler; por isso importa escolher um livro em função da previsível capacidade da criança para o manipular);
- 4.º é sempre uma boa oportunidade haver quantidade e variedade de livros para a mesma faixa etária e do mesmo tipo daquele que é o centro da *performance* de “Literatura ao Vivo” no espaço em que se realiza a atividade;
- 5.º para além das características que antes elencámos, o livro deve ter uma coerência transmutável do objeto material para a leitura performativa: relação da capa com o interior (que anuncia a temática ou o género literário), relação estabelecível de página para página (que cumpra as categorias de tempo e espaço da narrativa ou a coerência temática), material adequado para a manipulação (como os caracteres tipográficos e a mancha na página dos livros não livro-objeto), um final que proponha uma surpresa extra e uma vontade de recomeçar para repetir o prazer, ou que abra o apetite para outros livros logo a seguir.

Conclusões: pensar para usar o conceito de *design* literário

Para concluirmos, importa atar as pontas soltas que fomos desfiando até aqui, a propósito da promoção da leitura literária em espaço público informal. Propusemos abordagens a um tipo de livro específico: aquele que (quase) não dá espaço nas páginas ao texto verbal, atraindo mediador e pré-leitor pelas suas arquitetura e engenharia que o animam e levam a que a manipulação seja tão aprazível e recompensadora como o folhear, página a página, capítulo a capítulo, a obra que, adultos leitores, devoramos. São abordagens que se assemelham a outras atividades de promoção do livro e da leitura, mas que podem acrescentar, ao incluir o adjetivo “literário”, elementos que coincidem com o perfil dos potenciais utilizadores da biblioteca pública e outras casas de livros. Desta forma, distinguem-se de outros objetos culturais contemporâneos dedicados ao público infantojuvenil, que não merecem ser ignorados, como os produtos rivais feitos para o ecrã.

Importa-nos defender a leitura literária, conscientes das especificidades que exigem um nível mais avançado do jogo da leitura, para leitores mais experientes, e ao mesmo tempo contrariar esse preconceito. É mesmo de pequenino que se pode fazer crescer um leitor literário. Mas importa-nos recuperar características que, na promoção do livro e da leitura, parecem querer edulcorar os requisitos para ler literatura, já que esta não é só divertida e leve, ou um passatempo. E é no objeto que contém muito mais do que isto que o mediador pode ajudar a ultrapassar o que de difícil e exigente pode haver em ler literatura.

O livro-objeto, arrumado nas estantes dos mais pequenos pré-leitores, é o exemplo que nos serve, e que pode servir o mediador de leitura na sua atividade profissional e quotidiana, a ultrapassar os desafios da leitura literária: a concretização da imaterialidade cultural que a literatura é e que ali se materializa, permitindo que os sentidos levem ao sentido, e que a expressão de sensações e emoções ativadas pela obra literária se transformem em reações emocionais e sejam sentidas ou pensadas pelo leitor que se forma como leitor literário.

Importa ainda perceber como o conceito de *design* literário, que ativámos a propósito do exemplo do livro-objeto, pode ajudar o mediador de leitura a complementar a sua missão de promoção do livro e da leitura com a especificidade da leitura literária. Como afirmámos acima, o conceito de *design literário* acrescenta, ou limita (não contraditoriamente), as questões sobre literatura que, fora dos estudos literários, possam ser colocadas, discutidas e respondidas (também não contraditoriamente) pelos estudos literários. Chegamos a esta proposta, não apenas porque os próprios estudos literários tomaram um caminho que os aproximou da postura interdisciplinar que a sociedade contemporânea reclamou às ciências sociais e humanas, mas porque a especificidade dos estudos literários requer

que estes se mantenham num campo próprio. Mesmo interagindo com o campo da pedagogia ou da psicologia infantil, a perspetiva dos estudos literários não deve ser confundível na abordagem da literatura que é publicada a pensar no leitor criança.

Sendo parte de um modelo complexo e plural do sistema, quase constelar, que é a atividade cultural, criadora e consumidora de arte, o polissistema literário, concebido enquanto tal, padroniza comportamentos que regulam – explicando tensões, propondo prospetivas, refletindo dinâmicas sociais – o próprio campo literário. E sempre que ao mediador de leitura importe pensar a literatura como o campo em que semeia, rega e colhe os frutos do seu trabalho, o conceito de *design* literário poderá ajudar na escolha do objeto e a conceber a sua ação para aproximar esse objeto livro do leitor. E que o leitor volte sempre ao lugar onde encontre esse e outros livros, seja o colo da mãe ou a estante da biblioteca pública.

Referências bibliográficas

- BERNARDES, José Augusto, e Rui Afonso Mateus. 2013. *Literatura e Ensino do Português*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- ECO, Umberto. 2003. *Dizer Quase a Mesma Coisa – Sobre a tradução*. Lisboa: Difel.
- EVEN-ZOHAR, Itamar. 1979. "Polysystem theory". *Poetics Today* 1: 287-310.
- FLUSSER, Vilém. 2010. *O Mundo Codificado: Por uma filosofia do design e da comunicação*. 2.^a edição. São Paulo: Cosac & Naif.
- MCLUHAN, Marshall. (1962) 2011. *The Gutenberg Galaxy*. Toronto: University of Toronto Press.
- MARTINS, Manuel Frias. 1996. *Matéria Negra. Uma teoria da literatura e da crítica literária*. Lisboa: Cosmos.
- MENDELSUND, Peter. 2019. *O que Vemos quando Lemos*. Amadora: Elsinore 20|20 Editora.
- ONG, Walter J. 1982. *Orality and Literacy – The technologizing of the word*. London / New York: Routledge.
- PAULINO, Graça. "Leitura literária". Glossário CEALE. <http://ceale.fae.ufmg.br/app/webroot/glossarioceale/verbetes/leitura-literaria>.
- PEREIRA, Cláudia Sousa, e José António Calixto. 2010. "Évora cidade de Leitura". In *Para além da Branca de Neve*, org. José António Calixto, 133-148. Lisboa: Edições Colibri.
- RAMOS, Ana Margarida, org. 2017. *Aproximações ao Livro-Objeto. Das potencialidades criativas às propostas de leitura*. Porto: Tropelias & Companhia.
- TABERNERO, Rosa, ed. 2019. *El objeto libro en el universo infantil: la materialidad en la construcción del discurso*. Zaragoza: Prensas Universitarias.

Dossiê | Bibliotecas públicas, políticas culturais e leitura pública: prospetiva, tensões e dinâmicas sociais

La proximidad y lo digital en la lectura pública: en
El Fondo, una biblioteca de la ciudad
Paula Sequeiros

Literatura ao Vivo. O caso dos livros-objeto e a
ativação do conceito de *design* literário
Cláudia Sousa Pereira

Um ecossistema desfavorável à perpetuação documental.
Aniquilação, fragmentação, diluição e opacidade na constituição e
patrimonialização dos acervos: o caso dos editores e livreiros
Nuno Medeiros

“As bibliotecas sem muros”: a polissemia de um conceito e suas práticas
Débora Dias

Onde está o meu livreiro? Reflexões sobre livrarias e leitura pública
Fátima Ribeiro de Medeiros

Projeto “Álbum de Família”
Alexandre Freitas, Ângela Camolas e Teresa Sampaio

Alfabetización crítica y lectura digital
Margarita Pérez Pulido

Vária

O espírito da Expedição Langsdorff, diplomacia científica e a identidade
cultural brasileira
R. P. Alencar e P. R. de Macedo-Soares